

O jornalista em *Jornalismo* (1967-1971): contribuição sindical para a construção do Pensamento Jornalístico Português¹

Jorge Pedro Sousa

Pós-Doutor | Universidade Fernando Pessoa
jpsousa@ufp.edu.pt

Maria Erica de Oliveria Lima

Doutora | Universidade Federal do Rio Grande do Norte
merical@uol.com.br

Liliana Mesquita Machado

Doutoranda | Universidade Fernando Pessoa
liliana.m.machado@gmail.com

Patrícia Teixeira

Doutoranda | Universidade Fernando Pessoa
patriciaoliveirateixeira@gmail.com

Resumo

Este trabalho descreve, através de uma análise qualitativa do discurso, a concepção da condição de “jornalista” em *Jornalismo*, órgão do Sindicato Nacional dos Jornalistas de Portugal (SNJ), entre 1967-1971, numa altura em que, no país, se vivia sob o regime do Estado Novo mas em que o jornalismo se modernizava e rejuvenescia. Concluiu-se que os redatores desse periódico sindical se preocuparam menos com a discussão teórica do campo profissional e do que definia o ser-se jornalista do que com a afirmação e dignificação da profissão de jornalista, quer como forma de reforço da identidade da classe, quer como eventual base para reivindicações de melhores condições para o exercício profissional.

Palavras-chave

Teoria do jornalismo, história do jornalismo, Portugal.

¹ Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

1 Introdução

A instituição do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), em 1934, veio dotar os jornalistas portugueses de um organismo sindical com relativa representação, pese os constrangimentos à liberdade de imprensa e outros impostos pelo regime ditatorial do Estado Novo. Anteriormente, já se haviam registado algumas tentativas de agregação por parte dos jornalistas portugueses (ou daqueles que se consideravam como tal), em organizações profissionais² e mesmo num sindicato³, mas, a partir do momento em que nasceu, o SNJ passou a ser a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo (CUNHA, 1941, p. 35 e 36).

Em 1967, numa altura em que o jornalismo português se transformava acentuadamente⁴ e a luta pelo fim da censura a começar a subir de tom⁵, o SNJ começou a publicar *Jornalismo*, o segundo boletim da história deste sindicato (o primeiro tinha cessado a publicação em 1945).

Segundo o “editorial” de apresentação, a publicação do boletim *Jornalismo* justificava-se não só porque estava previsto nos Estatutos do Sindicato mas, principalmente, porque era

um primeiro passo para a concretização de objectivo mais ambicioso: a publicação regular de um Jornal que assegure ampla expansão a quantos problemas interessam os jornalistas portugueses. (...) Será esta publicação o porta-voz dos sócios do Sindicato, proporcionando-lhes uma audiência que era limitada pela falta de veículo apropriado. (...) Empenhados, por dever profissional, na difusão das ideias e dos interesses dos outros, é natural que os jornalistas disponham de um órgão no qual possam exprimir o seu pensamento, pugnar pelos seus direitos e tratar de assuntos que interessam à sua actividade.⁶

O objectivo geral desta pesquisa é apreciar os conteúdos de *Jornalismo*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado aos jornalistas e ao exercício da

² Alfredo da Cunha (1941, p. 34) referencia as seguintes: Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, 1880; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1882; Associação dos Jornalistas (de Lisboa), 1896; Associação da Imprensa Portuguesa, 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa), 1904; (2ª) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1907; Casa dos Jornalistas, 1921. O mesmo autor refere, ainda, que tiveram existência efémera ou não passaram da fase de congeminção a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses (1925), a Sociedade de Homens de Letras, de 1870, a Sociedade dos Escritores Portugueses, de 1926, e outras associações que também admitiam jornalistas.

³ Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, de 1924.

⁴ Assistia-se a um rejuvenescimento da classe, a uma maior qualificação dos profissionais, a uma feminização das redacções e a uma ligeira evolução tecnológica na forma de fazer jornalismo. (CORREIA e BAPTISTA, 2007; SOUSA, 2008)

⁵ A substituição de Salazar por Caetano criou, na grande maioria dos jornalistas portugueses quanto ao fim da censura. (CABRERA, 2006, p. 107)

⁶ *Jornalismo*, n.º 1, Abril de 1967, p. 1.

actividade jornalística. Ou seja, pretende apurar-se *do que fala e como fala* a publicação *Jornalismo* quando os jornalistas são o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa:

1) Quais os temas do discurso metajornalístico de *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional do jornalismo em Portugal em plena ditadura salazarista do Estado Novo?

2) Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente por *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional? Ou seja, como olharam os redatores de *Jornalismo* para eles próprios e para os seus camaradas de profissão, tendo em conta o contexto da época?

A hipótese a testar é a de que a publicação *Jornalismo*, para além de, enquanto órgão sindical, ter atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal em finais dos anos sessenta, início de setenta, também contribuiu para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado alguns dos temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, a clarificação e delimitação do conceito de “jornalista profissional” e a discussão sobre as escolas para jornalistas (SOUSA (coord.) *et al.*, 2010).

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso de *Jornalismo*, conforme propõe Sousa (2006, p. 343-376), restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para os jornalistas e para as condições de exercício da profissão e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Tendo em conta a vastidão do universo sobre o qual incidiu a análise, criou-se, tal como aconselha o mesmo autor (SOUSA, 2006, pp. 352-374), uma grelha de assuntos abordados por *Jornalismo* e procurou-se determinar e registar exemplos dos principais enquadramentos de sentido (incluindo os contraditórios) sugeridos para os assuntos identificados como centrais.

2 Os jornalistas no discurso de *Jornalismo*

Em *Jornalismo*, o que se diz sobre os jornalistas e que significados se sugerem para aquilo que se diz? O discurso sobre os jornalistas ocupou grande parte das peças do boletim.

Fosse através de textos de autores estrangeiros (normalmente jornalistas), ou através dos seus colaboradores diretos, em *Jornalismo* a temática nunca se esgotou, o que só prova o quanto o debate sobre o assunto era importante para a classe.

A elevação e dignificação do estatuto da profissão era uma necessidade que os jornalistas sentiam e pela qual lutavam. Quando da visita do Papa Paulo VI a Fátima (em 1967), a cobertura jornalística efetuada pelos profissionais da imprensa portuguesa teria sido de tal modo competente que os elogios não deixaram de se fazer ouvir. Mateus Boaventura publicou em *Jornalismo* algumas das reações e opiniões demonstradas.

A reportagem da visita do Papa foi, na realidade, um êxito para a Imprensa portuguesa. Encarregados do relato de um acontecimento que trouxe a Portugal grandes jornalistas de todo o Mundo, os portugueses levaram a cabo a sua missão de uma forma que não receia confronto. Por brio profissional, apenas. Nem haveria, aliás, retribuição material que pagasse o sacrifício de dois dias de trabalho consecutivo, realizado sob a intempérie, lutando contra a precariedade dos meios postos à sua disposição. Foi uma vitória honrosa para as equipas de reportagem que se deslocaram a Fátima. A elas ficou a dever-se o êxito alcançado, em maior ou menos escala, por todos os órgãos da Imprensa diária portuguesa. Bem mereceram, pois, a bênção especial com que o Papa distinguiu os jornalistas portugueses, os repórteres – e repórteres foram na ocasião redactores, subchefes, chefes de redacção e mesmo directores de jornais que estiveram a trabalhar em Fátima – que realizaram a cobertura jornalística da peregrinação de Paulo VI. (1967, p. 2)

O artigo intitulado “Jornalismo profissão perigosa – segundo a UNESCO” relembra os riscos enfrentados pelos jornalistas na sua missão informativa, relevando, portanto, o *espírito de sacrifício* destes profissionais:

Um recente e documentado estudo publicado pela UNESCO conclui que ser jornalistas implica estar em risco de vida, já que a profissão pode ser considerada a segunda, quanto ao perigo (...). O estudo revela que o jornalista vive na incerteza e no inesperado, o que motiva uma morte relativamente prematura, provocada por excessiva tensão nervosa, má regularidade na alimentação e, sobretudo, permanente inquietação devido aos muitos problemas que enfrenta. (ANÓNIMO, 1967, p. 28)

No n.º 5 do boletim, um artigo intitulado “Identificação dos jornalistas” referia-se ao novo hábito de credenciar os jornalistas que realizavam reportagens de acontecimentos públicos, ato que não caía no gosto de todos os profissionais, ciosos da sua dignidade, como o texto tão bem o demonstra:

Tornou-se moda (...) imprimir ou moldar emblemas e braçadeiras e cartõezinhos (...) para identificar os jornalistas que realizam as reportagens de (...) acontecimentos públicos. Juntamente com ofício em que, via de regra, se solicita o apoio dos jornais na divulgação das iniciativas, são remetidos os cartões e os emblemas a utilizar pelos jornalistas que venham a ser encarregados, mais tarde, das respectivas reportagens. (...) Não obstante, a gentileza, que o é, nasce de um erro, de um desconhecimento, de um desrespeito que o longo uso e a larga repetição fizeram cair num hábito, já agora difícil de

extirpar. Mas vale a pena escrever. É que o jornalista é detentor de uma carteira profissional e de um emblema profissional – e esses são os títulos únicos e bastantes ao exercício da sua profissão, títulos e identificações criados e regulamentados e nível governamental e, portanto, de plena validade. (...) Ao jornalista deveria bastar a identificação como tal para que lhe fosse facultado o “livre-trânsito” nas ruas e mais lugares públicos onde se torne necessário o exercício da profissão, tal como determina o decreto-lei que criou a carteira profissional de jornalista. (ANÓNIMO, 1967, p. 31)

César Afonso (1967, p. 9-10) refere-se, por seu turno, à indignidade da situação salarial dos jornalistas portugueses e no quanto isso poderia afetar a sua actuação profissional:

a profissão de jornalista, vista não apenas de fora, mas vivida, tem muitos espinhos e está longe de corresponder à auréola de que o público a rodeia, imaginando-a uma profissão privilegiada. Essa auréola é antes uma coroa de espinhos, porque faltam (...) aos jornalistas as condições necessárias para poderem exercer a sua actividade. (...) A propósito da situação económica dos jornalistas, afirmou que os ordenados auferidos pelos jornalistas, em comparação com os de outras profissões de menor projecção e até de menor relevo social, eram irrisórios, pelo que a maioria tinha que procurar fora da profissão o complemento necessário para se manter dignamente. Esse acréscimo de trabalho implica uma diminuição, por vezes aflitiva, de tempos livres.

O jornalista, para estar à altura das suas responsabilidades, não pode descurar o estudo dos problemas que tem de versar; daí a necessidade de uma permanente actualização e valorização, para poder responder às crescentes exigências profissionais. A sobrecarga de trabalho por falta de conveniente compensação e de estímulos, dentro das empresas jornalísticas, obriga os profissionais a uma dispersão prejudicial para eles como para os jornais. (...)

Tudo o que o Sindicato possa fazer para modificar a situação económica dos jornalistas, proporcionando-lhes condições económicas condignas ou pelo menos aceitáveis, contribuirá para criar as condições psicológicas necessárias à sua valorização.

César Príncipe (1970, p. 4), se liga a dignificação da profissão de jornalista à questão salarial, também o faz à formação profissional:

Nós, jornalistas, deveremos cultivar a isenção, que não significa indiferença, mas rigor moral de obediência aos factos e isentos apenas de quanto comprometa a objectividade. Por isso, se colocará com máxima pertinência a questão da formação técnico-humanista dos jornalistas, de uma cultura de vanguarda constantemente exigente (...). E, na base de uma multiplicidade de implicações socioprofissionais, está a independência económica, a profissionalização financeira, pois a nível de retribuições pecuniárias não passamos de uma classe de amadores – na generalidade, forçada a gravitar na órbita de grupos, personalidades e instituições para obtenção de outras fontes de receita. Esta situação exige uma denúncia reflectida: a liberdade de Informação pressupõe a nossa própria libertação – a autocrítica. E a emancipação económica terá de processar-se no âmbito do trabalho jornalístico para que o jornalismo deixe de ser uma ocupação com certo prestígio mundanista encobridora de manguismo de alpaca e de fretismo, que nos torne satélites contabilizados. (...) Os jornalistas autodeterminar-se-ão monetariamente também pela sua maturidade culta e rectidão de princípios, desenvolvendo uma

acção sindical metodicamente irredutível e estabelecendo entre a classe uma camaradagem hierarquizada na dignidade competente.

Em alguns casos, a luta simbólica travada pelos jornalistas portugueses em prol da dignificação e legitimidade da sua profissão e pelo seu *reconhecimento social* socorria-se de casos concretos – não necessariamente nacionais. O próximo excerto de um dos artigos do boletim *Jornalismo*, por exemplo, dá conta de um episódio em que se retirou e depois devolveu a carteira profissional a um jornalista espanhol, José António Novais. A conclusão a que se chega com o episódio dá, precisamente, título ao artigo: “Os ministros passam e os jornalistas ficam”:

Foi devolvida a carteira profissional a José António Novais, correspondente em Madrid dos diários *Le Monde*, de Paris, e *Estado de S. Paulo*, do Brasil. Como se sabe, o documento fora retirado a António Novais pelo anterior ministro da Informação e Turismo, Fraga Iribarne. Para falar destes e de outros assuntos avistámo-nos com o admirado e querido companheiro: “A carteira – conta-nos – foi-me retirada por ter publicado uma informação sobre uma manifestação estudantil. Acusaram-me de que os dados da notícia não correspondiam à verdade. Num dos considerandos do Supremo, algum tempo depois, confirmou-se que a minha informação era correcta. Fez-se do meu caso uma questão pessoal. Fui parar duas vezes ao Tribunal da Ordem Pública, embora nunca tenha sido processado (...). Proibiu-se a entrada de *Le Monde*. Enfim, os ministros passam e os jornalistas ficam.” O que é natural nestes casos é que os jornais apoiem o seu companheiro. “Efectivamente – disse-me Novais – ao *Estado de S. Paulo* sugeriu-se que nomeasse outro correspondente. O director respondeu que vai para cem anos que é o director que nomeia os correspondentes. E não estava, de facto, disposto a alterar esta norma.” (NEGRIN, 1970, p. 31)

César Afonso (1967, p. 10) mostra-se, por outro lado, partidário da especialização dos jornalistas, sendo corrosivamente crítico para os colegas que se arrastariam pela profissão confrontando-se com a sua própria mediocridade (poder-se-ia dizer que não há crítico do jornalismo como o jornalista):

contrariamente à opinião generalizada de que é fácil ser-se jornalista, não basta uma cultura de base, mas se torna necessária uma especialização. Há jornalistas que flutuam na profissão, sem terem nem uma cultura de base nem a referida especialização: são pesos mortos das empresas que vegetam ao sabor da indulgência das empresas ou da amizade que criam com os verdadeiros jornalistas.

Manuel de Azevedo (1967, p. 10) salienta, por sua vez, que o estatuto social e profissional de um jornalista se correlaciona não só com as qualidades individuais e com o nível cultural de cada um mas também com o renome e projecção da empresa para a qual trabalha. O mérito, para ele, deveria regular a contratação de jornalistas, até para contrabalançar o facto de, na sua interpretação, o jornalismo português ser maioritariamente anónimo e rotineiro:

A importância social de um jornalista depende, em primeiro lugar de si mesmo, das qualidades morais, intelectuais e profissionais que possui. Mas depende igualmente do prestígio da empresa em que trabalha, do público a que se dirige, da audiência de que dispõe, da maior ou menor possibilidade de revelar-se.

Com a industrialização dos meios de informação (...) assistimos à progressiva profissionalização da actividade jornalística. Mas, como quase não tínhamos jornalistas profissionais, estes foram sendo recrutados para as tarefas menores e mais penosas do jornal e (...) a nossa Imprensa tornou-se estranho panorama de um jornalismo anónimo e rotineiro. (...) Todos nós conhecemos exemplos de profissionais dedicados, competentes e entusiastas nas suas tarefas que não só morreram pobríssimos, como viveram ignorados dos seus próprios leitores! (...) A posição social do jornalista dependerá, embora não exclusivamente, da sua preparação cultural e profissional, da sua capacidade intelectual, das suas virtualidades técnicas e do grau de consciência com que serve o público. (...)

Esta é uma tarefa de toda a classe [que] tem de trabalhar para se valorizar a si mesma e, sobretudo, ser exigente para os novos. Quanto mais alto for o nível a que se fizer o recrutamento dos profissionais, quantas mais exigências se fizerem na admissão dos novos jornalistas, mais estaremos a contribuir para a ascensão social da profissão. Defender o autodidactismo na Imprensa, nos dias de hoje, é suicídio. (...)

As empresas, necessitando corresponder às exigências crescentes do público, são forçadas, embora a medo, a procurar melhorar a qualidade do seu produto [o que] (...) tem de envolver a qualidade jornalística dos textos, o mérito dos comentários, o valor literário das críticas, a competência e actualidade dos conceitos, a oportunidade e interesse das reportagens, o critério da escolha do essencial.

Manuel de Azevedo (1967, p. 11) procura mostrar, pois, que a ascensão social do jornalista será tanto maior quanto mais este for um profissional responsável. Para ele, só assim é que poderá conseguir-se o reconhecimento e posição social para toda a classe, não como um “privilégio imerecido” mas como um “reconhecimento justo dos direitos devidos a uma função de utilidade pública”:

Mas cada jornalista servirá melhor a empresa em que trabalha na medida em que melhor servir o público, em toda a sua liberdade de consciência moral e profissional. (...) Mesmo em Portugal, a ideia de que um jornalista é um empregado servil da empresa está a evoluir. (...) O jornal tende a ser, portanto, e cada vez mais, o auxiliar indispensável de consciência da opinião pública. Quanto mais esclarecida for a opinião do jornalista, mais prestígio e bom conceito obterá junto do público (...). Constituindo, portanto, uma classe com crescentes responsabilidades culturais, sociais e morais, os jornalistas deverão reclamar as condições adequadas, não só às suas necessidades vitais mas, também, de acordo com as suas necessidades específicas. (...) Portanto, é servindo o público que o jornalista digno desse nome se serve a si próprio. Um profissional consciente da sua missão não anda em busca do êxito fácil, não bajula os seus senhores, nem adula as massas. (...) A autoridade moral dá uma coragem correspondente, para afirmar e para exigir. Exigir para si mesmo na proporção que o faz para os outros. (...) Fazer jornalismo não é representar. É viver perigosamente uma profissão difícil – mas honrosa. (Ibidem, p. 12)

Azevedo, através do texto anterior, mostra, então, que é justo e importante que o profissional do jornalismo procure elevar a sua posição social, pois só deste modo tornará útil a sua intervenção na sociedade. Para o conseguir, de acordo com o autor, o jornalista deve procurar elevar o seu nível técnico e profissional e procurar, também, servir com isenção e honestidade a comunidade em que se insere.

Costa Carvalho (1967, p. 13-14), escrevendo sobre a situação material da classe, demonstra que a política salarial era uma das principais causas de descontentamento entre os jornalistas portugueses do final dos anos sessenta. Para esse jornalista, o Sindicato deveria procurar um aumento salarial para conter a acumulação de empregos, que ele considerava “prejudicial ao bom exercício da profissão”.

No mesmo número de *Jornalismo*, (n.º 3, de Agosto de 1967), Nuno Rocha (1967, p. 14-15) explicava que o anonimato no jornalismo não traz vantagens, ainda que possa ser usado para diminuir indignamente o salário dos jornalistas:

O anonimato em que vive a maior parte dos profissionais tem constituído um erro clamoroso das empresas. Porque é um erro admitir que o jornal se vende por si só, com as suas páginas impressas de um lado e do outro. A matéria-prima do jornal são os jornalistas e está amplamente provado que, sem jornalistas competentes, as empresas soçobram irremediavelmente. (...) Em Portugal, este aspecto da exploração industrial do jornal está ainda incipiente, o que dá origem ao atrofamento das empresas que, por sua vez, se reflecte nas dificuldades financeiras que estas enfrentam, e que atingem directamente os jornalistas (empresas sem prosperidade não podem pagar bem a quem nelas trabalha). (...) Poder-se-á objectar que nem todos os jornais portugueses (...) dispõem de jornalistas capazes de poderem assinar artigos e susceptíveis de criarem no público interesse pela compra do jornal. Mas (...) [as empresas] devem fazer os recrutamentos de molde a não incluírem nos seus quadros jornalistas sem competência nem qualidades para servirem os seus objectivos de expansão e de progresso. A tese é esta: os jornais devem ter bons jornalistas e devem utilizar, tantas vezes quantas as necessárias, os seus nomes. É mais próspera a empresa que tem jornalistas que o público conhece do que aquela que os mantém no anonimato. É claro que a estes pontos de vista ligam-se outros de sentido económico-social. Durante muitos anos, as empresas preferiram ignorar os nomes dos jornalistas para, assim, lhes pagarem salários irrisórios. Obviamente, um jornalista conhecido do público cria à empresa obrigações salariais que implicam a modificação de conceitos económicos – completamente ultrapassados.

Respondendo a Nuno Rocha, Miguel Serrano (1967, p. 25), ao invés, salienta que o anonimato pode ser um refúgio do jornalista quando trabalha contrariado – por exemplo, quando o que é obrigado profissionalmente a escrever não coincide com o que pensa ou com o que observa:

Com razão (...) Nuno Rocha denuncia a apatia do jornalismo português (...). Agora apenas algumas observações censórias, neste balcão que é de todos nós:
a) Sabe que há colegas seus (desculpe a valência) que preferem só subscrever artigos quando estes forem a autenticidade do seu pensamento?

b) Já reparou que nem todos os jornais e jornalistas estão sujeitos ao mesmo emblema, e que a sua tese é bastante discutível sob determinados aspectos, principalmente nos que dizem respeito à Imprensa portuguesa?

Eu sei (...) que é balda generalizada nos jornais portugueses a confusão da notícia com a especulação literária – má literatura como facilmente se compreende – e da verdade dos factos com a deturpação dos mesmos, e que isto pode estar na perturbação da sua tese, embora esta apresente muitos pontos válidos. E o busilis reside aqui precisamente: todos os parágrafos da tese apresentada (...) seriam válidos, se os pudéssemos encarar através de uma estrutura realmente analítica, se a verbosidade não tivesse atingido em Portugal o privilégio das grandes certezas, se não fosse o caso de se assistir diariamente a um enfático anunciar de certeza, se... (...) Antes (...) da fuga ao anonimato, convém, sobretudo, que nós, jornalistas, nos tornemos novamente conscientes da nossa existência e que procuremos reconquistar aquela autoconsideração de que necessitamos para uma existência própria – a existência de sermos jornalistas e homens responsáveis na sociedade.

Por seu turno, Norberto Lopes (1967, p. 4) debateu a necessidade de formação específica para o exercício da profissão de jornalista. O autor explicava que muito do que um jornalista sabia aprendia na redação com o trabalho prático lá realizado, mas que isso não diminuía a necessidade de uma escola de jornalistas:

Um humorista francês disse que “entre as profissões a que se ascende sem ter primeiro dado provas, se contam as de jornalista e de presidente da República”. Com efeito, entre nós pelo menos, não há nenhuma escola que habilite para a profissão de jornalista e não são raros aqueles que conseguem ser admitidos sem ter a menor preparação para tal. (...) Em boa verdade, tanto entre nós como lá fora, as verdadeiras escolas de jornalistas foram sempre os próprios jornais, o que não quer dizer que deixe de se reconhecer a vantagem, até mesmo a necessidade, de as instituir. (...) Grandes jornalistas se fizeram (...) nessas escolas.

O autor refere, ainda, que ser jornalista é aliciante e exige muita responsabilidade, embora seja uma profissão em que os proventos costumam ser poucos, o que leva a que alguns dos profissionais se sujeitem a pressões externas para servir “outros interesses” que não o de praticar uma informação isenta e imparcial.

Trata-se na verdade, de uma profissão aliciante, de uma profissão que nem todos compreendem, que alguns invejam e que muitos caluniam. Um jornalista é considerado uma pessoa indiscreta e inconveniente, lisonjeado por aqueles que se servem dele para alcançar os seus fins, mas detestado por aqueles que a sua pena justa ou injusta não poupa a uma crítica acerada. Desvirtuados os seus propósitos honestos, e temidos por aqueles que não têm a consciência tranquila, (...) sofrem por um lado a incompreensão de muitos e por outro lado a desconfiança de alguns. Trata-se, na verdade, de uma profissão em que os proventos são poucos e as responsabilidades são grandes. Ela exerce-se, de um modo geral, com perfeita honestidade e a noção exacta dos deveres que lhe competem, mais do que a preocupação reivindicativa dos direitos que lhe assistem. Claro que também há jornalistas menos honestos ou menos responsáveis. (...) Há penas que se põem ao serviço de interesses inconfessáveis e mesmo de interesses políticos, hipotecando a sua opinião a um traficante ou a um regime. Os primeiros abdicam da sua dignidade e os segundos da sua independência, que constituem as duas maiores virtudes de um jornalista e os predicados essenciais para o regular exercício da profissão. (LOPES, 1967, p. 4)

Uma das ideias que Norberto Lopes (idem, p. 4-5) também tenta transmitir é a de que ser jornalista é diferente de ser historiador. Para ele, o jornalista não faz história: testemunha acontecimentos, enquanto o historiador os comenta.

Há quem seja de opinião que o jornalismo e a história se confundem, o que não corresponde à verdade. Que diferença existe, então, entre o jornalista e o historiador? O jornalista não faz história, limita-se a reunir os materiais para que o historiador a possa fazer. (...) De qualquer modo, o trabalho do jornalista é sempre um documento, palpitante actual, enquanto o trabalho do historiador se confirma a uma análise serena e fria, impregnada de espírito crítico e destituída, pelo menos em teoria, de qualquer paixão. O jornalista testemunha o acontecimento. O historiador comenta-o fora do espaço e do tempo, à luz dos conhecimentos (...). O jornalista não pode esperar que a verdade saia do poço. Desce ao fundo e vai surpreendê-la, com a máquina a tiracolo. Mas não tarda a descobrir que a verdade tem muitos rostos e é essa a razão por que se limita a fotografar aquela que, segundo o que lhe dita o seu instinto, pode interessar mais os leitores.

Num dos artigos que escreveu para o boletim sindical *Jornalismo*, Costa Carvalho (1970, p. 14) cunha o jornalista de “homem de carne e osso”. Criticando indirectamente os que, no início dos anos setenta, ainda defendiam que o jornalista se imporia pelas suas capacidades inatas, quer retóricas quer autodidatas, o autor queria, possivelmente, desculpabilizar o jornalista por alguns dos seus erros e debilidades, mas também chamar a atenção para que, como todo o profissional, este, para exercer a sua profissão, necessita de uma aprendizagem – “o jornalista nasce (...) para ser feito”.

O jornalista. Ser jornalista. Parecendo uma repetição pleonástica, o jornalista e o ser jornalista envolvem ideias diferentes. No primeiro dos dois conceitos, está quase exclusivamente o indivíduo; no segundo, a maneira como ele se realiza. (...) O que é, pois, um jornalista? (...) [Muita gente defende e proclama] que o jornalista é aquele que nasce como tal, remontando com escandalosa semcerimónia às insondáveis origens das coisas e das pessoas. Para esses, portanto, jornalista é aquele; é e sempre foi. Não se faz. Eu diria que, em boa verdade, o jornalista nasce, mas para ser feito. (...) Mas o que é, afinal, o jornalista? O sujeito activo da estrutura da informação? O simples exercitador privado de uma função pública? Um mero executor da comunicação indirecta? Antes de tudo e acima de tudo, o jornalista é, como diria Unamuno, um “homem de carne e osso – o que nasce, sofre e morre – sobretudo morre – o que come, e bebe, e joga, e dorme, e pensa, e quer, o homem que se vê e a quem se ouve, o irmão, o verdadeiro irmão”.

Costa Carvalho (1970, p. 14) aproveita, ainda, para criticar a forma obscura como alguns jornalistas eram contratados:

Não é novidade dizer que, em Portugal, são, ainda e sempre, as empresas que “descobrem” os valores, recrutados ao acaso e com total confiança nos desígnios

da Providência ou dos pedidos de intermediários das relações, encostando-se os “eleitos” a um muro de responsabilidades que insuficiências de visão e de estatura não deixam perceber o que se possa passar por detrás dele.

De qualquer modo, para Costa Carvalho (1970, p. 16-17) a dignificação da profissão de jornalista, se passava pela formação específica e pela clareza e pertinência dos processos de recrutamento, também obrigaria ao respeito por regras deontológicas:

Só o jornalista português ainda não descobriu que tem de ser a força legal da sua universidade a conferir-lhe um direito inalienável e não a ser investidos pelas empresas em funções que também ela causa a bel-prazer e aparentemente sobre pressões, como agora se convencionou dizer para mascarar faltas de coragem e personalidade. (...) As nações têm os governos que merecem; os jornalistas o demérito que se consente. (...) Frente a uma tal concentração de interesses financeiros, ao reforço do seu totalitarismo económico assente no “pecado mortal” da pressão publicitária altamente rentável, o jornalista português continua a exibir capacete de papel e espada de pau. (...)

“Um jornalista digno desse nome”

- Assume a responsabilidade dos seus escritos;
- Considera a calúnia, as acusações sem provas, a falsificação de documentos, a deformação de factos, a mentira, as mais graves faltas profissionais;
- Não reconhece senão a jurisdição dos seus pares, soberano em matéria de honra profissional;
- Não aceita tarefas incompatíveis com a sua dignidade profissional;
- Exime-se de invocar um título ou uma qualidade imaginários, de servir-se de meios desleais, para obter uma informação ou defraudar a boa-fé seja de quem for;
- Não aceita dinheiro de particulares ou entidades públicas para que a sua qualidade de jornalista, suas influências e relações não sejam susceptíveis de exploração;
- Não assina artigos de propaganda comercial ou financeira;
- Não comete plágios;
- Cita os camaradas dos quais reproduziu qualquer texto;
- Não solicita o serviço destinado um camarada, não provoca competências oferecendo-se para trabalhar em condições inferiores;
- Respeita o sigilo profissional;
- Não se serve da liberdade da Imprensa com intenções reservadas;
- Reivindica a liberdade de publicar honestamente as suas informações;
- Não confunde a sua missão com a de um polícia.

Ainda que indirectamente, o texto de Costa Carvalho coloca o acento tónico num ponto que se veio a revelar crucial para o jornalismo português – a necessidade de um código deontológico que permitisse o controlo dos jornalistas sobre a sua própria profissão, uma das formas de lhe conferir a dignidade e a legitimidade social constantemente procuradas pelos jornalistas portugueses. O primeiro código deontológico dos jornalistas portugueses, porém, apenas veio a ser promulgado em 1976.

3 Considerações finais

Lendo-se ou relendo-se os números do boletim sindical *Jornalismo* publicados antes da Revolução de 1974, ou seja, entre 1967 e 1971, é possível afirmar que os profissionais da imprensa portuguesa dos anos sessenta e setenta do século passado procuraram, entre outras coisas, transmitir a ideia (tanto para si mesmos, como para os outros) de que o jornalismo era uma profissão digna e merecedora de elevado estatuto, quer pela função que desempenhava na sociedade, quer pelas responsabilidades (morais, culturais, sociais) que os seus profissionais enfrentavam. Daí que o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público fossem aspectos a levar, seriamente, em conta.

Tendo em consideração o boletim *Jornalismo*, é correto afirmar, igualmente, que os jornalistas portugueses da época referida se bateram por uma melhoria do seu estatuto profissional e das condições sócio-econômicas, alegando, frequentemente, a necessidade de aumentos salariais de modo a fazer corresponder aquilo que auferiam com aquela que era a realidade da profissão que desempenhavam: uma profissão dura, difícil, perigosa, às vezes, incompreendida e até mal vista. Os jornalistas costumavam mesmo apregoar que eram possuidores de qualidades incomuns de devoção e sacrifício à profissão.

Os jornalistas portugueses pugnaram, também, por uma formação adequada, que lhes permitisse, se necessário, a especialização num determinado ramo do jornalismo e/ou a constante atualização (ou reforço) dos conhecimentos, tão necessários para uma boa execução das tarefas jornalísticas.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta do século passado para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceituação da profissão, tais como: Quem “verdadeiramente” é jornalista? O que é e o que

faz um jornalista? Como deve o jornalista exercer a sua profissão? Precisa-se de formação para se ser jornalista?

As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta do século passado sobre a sua profissão, daquilo em que estavam unidos e daquilo que os desunia. Portanto, como derradeira consideração, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois *Jornalismo* abordou alguns daqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, nomeadamente a delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo, necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional e teoria do jornalismo em geral (englobando-se aqui, nomeadamente, as relevantes questões da delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo).

Referências

- AFONSO, César, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 9-10.
- ANÓNIMO, Identificação dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 31.
- ANÓNIMO, Jornalismo, Intercâmbio jornalístico, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 25.
- ANÓNIMO, Jornalismo Profissão Perigosa – segundo a UNESCO, **Jornalismo**, n.º3, Agosto de 1967, p. 28.
- ARMANDA, Maria, A dignidade também tem expressão numérica, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 24.
- AZEVEDO, Manuel, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 11-12.
- BOAVENTURA, Mateus. A reportagem da visita de Paulo VI a Fátima mobilizou toda a imprensa portuguesa, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 2.
- CABRERA, Ana, **Marcello Caetano: Poder e Imprensa**. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- CARVALHO, Costa, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13-14.
- CARVALHO, Costa, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14-17.
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas: Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)**. Lisboa, Caminho, 2007.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional**. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941.

LOPES, Norberto, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4-5.

NEGRIN, Florentino Lópes, Os ministros passam e os jornalistas ficam, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 5, Setembro/Outubro de 1970, p. 31.

PRÍNCIPE, César, Nós, Jornalistas... Profissionalização Financeira e Dignidade Competente, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 4, Julho/Agosto de 1970, p. 4.

ROCHA, Nuno, Breve resposta, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.

ROCHA, Nuno, Os Jornalistas e o progresso dos jornais, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14-15.

SERRANO, Miguel, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al.* **O pensamento jornalístico português**: Das Origens a Abril de 1974. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

The Journalist on journalism (1867-1771): unionism contribution to the Portuguese journalistic thought

Abstract

By using qualitative discourse analysis, the present work describes the conception of the condition of journalist in *Jornalismo* (Journalism), an organ of the Sindicato Nacional dos Jornalistas de Portugal (National Union of Portuguese Journalists), between 1967 and 1971, during the time of the Portuguese Dictatorship, but also a flourishing and rejuvenating time for journalism. It has found out that the writers of this union periodical were less concerned about the theoretical discussion of this professional area and the definition of journalism than about the acknowledgement and recognition of this profession, both as a way of reinforcing class identity and as a basis for claiming better conditions in the exercise of journalism.

Keywords

Journalism theory, journalism history, journalists, Portugal, National Union of Portuguese Journalists.

Un periodista en el periodismo (1967-1971): contribución sindicalista para el pensamiento sobre el periodismo

Resumen

Este estudio tiene como objetivo describir, a través de un análisis cualitativo del discurso, los contenidos sobre el ejercicio de la profesión periodística en el periódico *Jornalismo*, que era la publicación oficial del Sindicato Nacional dos Jornalistas de Portugal (SNJ) [Sindicato Nacional de Periodistas], publicado entre 1967-1971, en los estertores de la dictadura del Estado Novo. El tratamiento de texto aplicado a esta cabecera periodística ha permitido estudiar con detalle varios aspectos centrales sobre las condiciones profesionales de los periodistas en el citado período: (1) En primer lugar, *Jornalismo* revela datos muy interesantes sobre la actividad periodística en una etapa histórica de cambios, todavía bajo la mordaza de la censura del régimen autoritario portugués. (2) Y en segundo lugar, esta cabecera nos permite conocer cuáles eran los marcos simbólicos construidos discursivamente acerca de los profesionales del periodismo. De las conclusiones del estudio, se desprende que los redactores de esta publicación sindical tenían entonces una especial preocupación por las cuestiones laborales, en particular en relación con la afirmación pública y la dignificación de la profesión de periodista: bien como una forma de crear y fortalecer una identidad de clase, o bien como una posible base para la demanda de mejores condiciones para la práctica profesional.

Palabras-clave

Teoría del periodismo, la historia del periodismo, periodistas y Portugal, la Unión Nacional de Periodistas.

Recebido em 14/07/2011

Aceito em 14/09/2011

Copyright (c) 2011 Autor(es) / Copyright (c) 2011 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.

